

LUÍS ROBERTO BARROSO

*Curso de* **DIREITO**  
**CONSTITUCIONAL**  
CONTEMPORANEO

Os conceitos fundamentais  
e a construção do novo modelo

12ª edição  
2024

Atualizada com a colaboração de Patrícia Perrone Campos Mello

saraiva  jur

**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva** 

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado  
**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoli Reato César  
**Gerência editorial** Lívia Céspedes

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Design e produção** Jefferson Costa da Silva (coord.)  
Giselle Cristina da Silva Honorio  
Alanne Maria  
Guilherme Salvador  
Lais Soriano  
Rosana Peroni Fazolari  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos  
Daniela Maria Chaves Carvalho  
Emily Larissa Ferreira da Silva  
Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial  
**Revisão** Mariana Góis  
**Capa** Tiago Dela Rosa  
**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes  
**Impressão e acabamento** BMF Gráfica e Editora

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949**

B277c Barroso, Luis Roberto

Curso de direito constitucional contemporâneo / Luis Roberto Barroso. – 12. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024.

808 p.

ISBN: 978-85-5362-117-0

1. Direito. 2. Direito constitucional. I. Título.

2023-2934

CDD 342  
CDU 342

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito constitucional 342  
2. Direito constitucional 342

**Data de fechamento da edição: 29-1-2024**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA  CL  CAE

## ÍNDICE GERAL

<i>Abreviaturas e periódicos utilizados</i> .....	VII
<i>Introdução</i> .....	XXVII
<i>Nota à 12ª edição</i> .....	XXXI

**PARTE I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS**

**CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO**

<b>I O SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL E SEU DESENCONTRO HISTÓRICO</b> .....	3
1 Generalidades .....	3
2 Da Antiguidade Clássica ao início da Idade Moderna.....	5
<b>II O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO</b> .....	8
1 Experiências precursoras do constitucionalismo liberal e seu estágio atual .....	8
1.1 Reino Unido.....	8
1.2 Estados Unidos da América .....	12
1.3 França.....	18
2 Um caso de sucesso da segunda metade do século XX: a Alemanha.....	26
3 O constitucionalismo no início do século XXI.....	31

**CAPÍTULO II DIREITO CONSTITUCIONAL**

<b>I O DIREITO CONSTITUCIONAL NO UNIVERSO JURÍDICO</b> .....	33
1 Generalidades .....	33
2 Conceito.....	36
2.1 A ciência do direito constitucional .....	37
2.2 O direito constitucional positivo.....	37
2.3 O direito constitucional como direito subjetivo.....	38
3 Objeto .....	39
<b>II O DIREITO CONSTITUCIONAL COMO DIREITO PÚBLICO</b> .....	40
1 Direito público e direito privado.....	40
2 Regime jurídico de direito público e de direito privado.....	42
<b>III A EXPANSÃO DO DIREITO PÚBLICO E DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O DIREITO PRIVADO</b> .....	44
<b>IV ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO. EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA. UM DRAMA BRASILEIRO</b> .....	46
1 Origens da distinção .....	46

2	O desaparecimento do espaço público: Império Romano e sistema feudal.....	48
3	A reinvenção do público: do Estado patrimonial ao Estado liberal.....	49
4	A volta do pêndulo: do Estado social ao neoliberalismo .....	50
5	O público e o privado na experiência brasileira .....	51
<b>V</b>	<b>A SUBSISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO</b>	<b>52</b>
1	O Estado ainda é protagonista .....	52
2	Sentido e alcance da noção de interesse público no direito contemporâneo .....	53

### **CAPÍTULO III    CONSTITUIÇÃO**

<b>I</b>	<b>NOÇÕES FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>II</b>	<b>REFERÊNCIA HISTÓRICA.....</b>	<b>57</b>
<b>III</b>	<b>CONCEPÇÕES E TEORIAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>IV</b>	<b>TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES .....</b>	<b>61</b>
<b>V</b>	<b>CONTEÚDO E SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>VI</b>	<b>A CONSTITUIÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>64</b>
<b>VII</b>	<b>CONSTITUIÇÃO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA .....</b>	<b>66</b>
<b>VIII</b>	<b>ALGUMAS CORRENTES DA FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E DA FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>69</b>
1	Substancialismo e procedimentalismo.....	70
2	Liberalismo e comunitarismo .....	72
2.1	Liberalismo igualitário.....	72
2.2	A crítica comunitarista.....	74
3	Outras correntes .....	76

### **CAPÍTULO IV    PODER CONSTITUINTE**

<b>I</b>	<b>CONCEITO, ORIGENS E GENERALIDADES.....</b>	<b>79</b>
<b>II</b>	<b>PROCESSOS CONSTITUINTE E MODELOS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>III</b>	<b>TITULARIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE.....</b>	<b>85</b>
<b>IV</b>	<b>NATUREZA E LIMITES DO PODER CONSTITUINTE.....</b>	<b>89</b>
1	Condicionamentos pré-constituintes.....	91
2	Condicionamentos pós-constituintes.....	93
<b>V</b>	<b>PROCEDIMENTO .....</b>	<b>95</b>
<b>VI</b>	<b>PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>97</b>

## CAPÍTULO V MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

<b>I</b>	CONCEITO E GENERALIDADES .....	100
<b>II</b>	FUNDAMENTO E LIMITES.....	103
<b>III</b>	MECANISMOS DE ATUAÇÃO .....	104
1	A interpretação como instrumento da mutação constitucional .....	105
2	Mutação constitucional pela atuação do legislador .....	108
3	Mutação constitucional por via de costume .....	109
<b>IV</b>	MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO DIREITO E MUDANÇA NA REALIDADE DE FATO.....	111

## CAPÍTULO VI REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL

<b>I</b>	GENERALIDADES.....	114
<b>II</b>	A QUESTÃO TERMINOLÓGICA: PODER CONSTITUINTE DERIVADO, REFORMA, REVISÃO E EMENDA. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE...	117
<b>III</b>	NATUREZA JURÍDICA E LIMITES .....	119
<b>IV</b>	LIMITES TEMPORAIS E CIRCUNSTANCIAIS.....	121
<b>V</b>	LIMITES FORMAIS .....	122
<b>VI</b>	LIMITES MATERIAIS .....	129
1	Noção e antecedentes .....	129
2	Fundamento de legitimidade.....	130
3	A questão da dupla revisão.....	132
4	Os limites materiais implícitos .....	133
5	Cláusulas pétreas e hierarquia.....	135
6	Os limites materiais na experiência brasileira e na Constituição de 1988.....	136
6.1	A forma federativa do Estado .....	139
6.2	O voto direto, secreto, universal e periódico .....	140
6.3	A separação de Poderes .....	140
6.4	Os direitos e garantias individuais .....	142
6.4.1	A questão do direito adquirido .....	147

## CAPÍTULO VII NORMAS CONSTITUCIONAIS

<b>I</b>	NORMAS JURÍDICAS .....	151
1	Generalidades .....	151
2	Algumas classificações .....	152
3	Dispositivo, enunciado normativo e norma .....	155

<b>II</b>	<b>NORMAS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>157</b>
1	A Constituição como norma jurídica.....	157
2	Características das normas constitucionais.....	158
3	Conteúdo material das normas constitucionais.....	159
4	Princípios e regras: as diferentes funções das normas constitucionais.....	162
5	A eficácia das normas constitucionais .....	168
<b>III</b>	<b>A CONQUISTA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>172</b>
1	Antecedentes históricos.....	172
2	Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional.....	173
3	Conceito de efetividade .....	174
4	Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas.....	175
5	A inconstitucionalidade por omissão.....	176
6	Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos .....	177
	 <b>PARTE II O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONTEMPORÂNEO</b>	
	 <b>CAPÍTULO I ANTECEDENTES TEÓRICOS E FILOSÓFICOS</b>	
<b>I</b>	<b>A TEORIA JURÍDICA TRADICIONAL .....</b>	<b>181</b>
<b>II</b>	<b>A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO .....</b>	<b>182</b>
<b>III</b>	<b>ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO JUSNATURALISMO.....</b>	<b>185</b>
<b>IV</b>	<b>ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO .....</b>	<b>188</b>
	 <b>CAPÍTULO II TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO</b>	
<b>I</b>	<b>A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO.....</b>	<b>191</b>
<b>II</b>	<b>MARCO HISTÓRICO: PÓS-GUERRA E REDEMOCRATIZAÇÃO.....</b>	<b>192</b>
<b>III</b>	<b>MARCO FILOSÓFICO: A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO.....</b>	<b>194</b>
1	O princípio da dignidade da pessoa humana.....	197
1.1	A dignidade humana tem natureza jurídica de princípio constitucional.....	197
1.2	O conteúdo jurídico da dignidade humana.....	198
2	O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	201
<b>IV</b>	<b>MARCO TEÓRICO: TRÊS MUDANÇAS DE PARADIGMA .....</b>	<b>205</b>
1	A força normativa da Constituição.....	205
2	A expansão da jurisdição constitucional.....	206

3	A reelaboração doutrinária da interpretação constitucional .....	209
4	Um novo modelo.....	209
<b>CAPÍTULO III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>		
<b>I</b>	<b>GENERALIDADES.....</b>	<b>211</b>
1	Introdução .....	211
2	Terminologia: hermenêutica, interpretação, aplicação e construção.....	212
3	Especificidade da interpretação constitucional .....	214
<b>II</b>	<b>OS DIFERENTES PLANOS DE ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>	<b>215</b>
1	O plano jurídico ou dogmático.....	215
2	O plano teórico ou metodológico .....	215
2.1	As escolas de pensamento jurídico .....	216
2.2	As teorias da interpretação constitucional.....	219
2.2.1	Alguns métodos da teoria constitucional alemã.....	219
2.2.2	O debate na teoria constitucional americana .....	220
3	O plano da justificação política ou da legitimação democrática .....	223
4	A interpretação constitucional como concretização construtiva .....	226
<b>III</b>	<b>A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB PERSPECTIVA TRADICIONAL</b>	<b>227</b>
1	Algumas regras de hermenêutica .....	227
2	Elementos tradicionais de interpretação jurídica.....	230
2.1	Interpretação gramatical, literal ou semântica .....	230
2.2	Interpretação histórica .....	231
2.3	Interpretação sistemática .....	233
2.4	Interpretação teleológica .....	234
3	A metodologia da interpretação constitucional tradicional .....	235
4	Princípios instrumentais de interpretação constitucional.....	236
4.1	Princípio da supremacia da Constituição .....	237
4.2	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos.....	237
4.3	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	238
4.4	Princípio da unidade da Constituição .....	239
4.5	Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	241
4.6	Princípio da efetividade .....	241
<b>CAPÍTULO IV NOVOS PARADIGMAS E CATEGORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>		
<b>I</b>	<b>PREMISSAS METODOLÓGICAS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>	<b>243</b>
1	A norma, o problema e o intérprete .....	244
2	Três mudanças de paradigma que abalaram a interpretação constitucional tradicional	245
2.1	Superação do formalismo jurídico .....	245
2.2	Advento de uma cultura jurídica pós-positivista .....	246
2.3	Ascensão do direito público e centralidade da Constituição .....	246

3	Nova interpretação e casos difíceis .....	246
4	Algumas categorias jurídicas utilizadas pela nova interpretação constitucional .....	248
<b>II</b>	<b>OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS .....</b>	<b>250</b>
<b>III</b>	<b>A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS .....</b>	<b>253</b>
1	Recapitulando os conceitos fundamentais.....	253
2	Modalidades de eficácia dos princípios constitucionais.....	254
2.1	Eficácia direta .....	255
2.2	Eficácia interpretativa.....	255
2.3	Eficácia negativa .....	255
3	Algumas aplicações concretas dos princípios.....	256
<b>IV</b>	<b>A COLISÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>264</b>
<b>V</b>	<b>A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO.....</b>	<b>268</b>
<b>VI</b>	<b>A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA .....</b>	<b>272</b>
1	Algumas anotações teóricas.....	272
2	Alguns aspectos práticos.....	274
<b>CAPÍTULO V A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO</b>		
<b>I</b>	<b>GENERALIDADES.....</b>	<b>282</b>
<b>II</b>	<b>ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO.....</b>	<b>283</b>
<b>III</b>	<b>A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL .....</b>	<b>289</b>
1	O direito infraconstitucional na Constituição.....	289
2	A constitucionalização do direito infraconstitucional.....	290
3	A constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática.....	292
<b>IV</b>	<b>ALGUNS ASPECTOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>294</b>
1	Direito civil.....	294
2	Direito administrativo.....	298
3	Direito penal.....	302
<b>V</b>	<b>CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS .</b>	<b>308</b>
<b>VI</b>	<b>CONTROLANDO OS RISCOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO EXCESSIVA ....</b>	<b>314</b>
<b>PARTE III A CONSTITUIÇÃO DE 1988, JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES</b>		
<b>CAPÍTULO I A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: HISTÓRICO, DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO E NA REALIDADE</b>		

<b>INTRODUÇÃO... DA VINDA DA FAMÍLIA REAL À CONSTITUIÇÃO DE 1988</b>	319
<b>I REVIVENDO O PASSADO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO</b>	321
1 Do golpe de 64 ao Ato Institucional n. 5/68.....	321
2 Dos anos de chumbo à abertura política.....	323
3 Do ocaso do regime militar à convocação da Assembleia Constituinte.....	324
<b>II SONHANDO COM O FUTURO: AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA CONSTITUIÇÃO</b>	324
1 “Carta cidadã” e “Constituição chapa-branca” .....	324
2 A separação de Poderes .....	326
2.1 Poder Executivo.....	326
2.2 Poder Legislativo.....	327
2.3 Poder Judiciário.....	328
3 As transformações da teoria constitucional.....	330
3.1 A doutrina brasileira da efetividade.....	330
3.2 Neoconstitucionalismo ou direito constitucional contemporâneo .....	331
3.3 A constitucionalização do Direito.....	332
<b>III ENFRENTANDO A REALIDADE: O DESEMPENHO DA CONSTITUIÇÃO</b> .....	332
1 Os diferentes governos .....	332
1.1 Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco .....	332
1.2 O governo Fernando Henrique Cardoso.....	334
1.3 O governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	334
1.4 O governo Dilma Rousseff.....	335
1.5 O governo Michel Temer .....	335
1.6 O governo Jair Bolsonaro.....	336
1.7 O início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva .....	336
2 As principais emendas à Constituição .....	337
2.1 Mudanças na Constituição econômica .....	337
2.2 Possibilidade de reeleição dos chefes do Executivo .....	338
2.3 A criação do Ministério da Defesa .....	339
2.4 Reformas da Previdência .....	339
2.5 Outras reformas.....	340
3 Os momentos críticos .....	341
3.1 Dois <i>impeachments</i> .....	341
3.2 Mensalão e Operação Lava Jato .....	341
3.3 Populismo autoritário .....	342
<b>CONCLUSÃO</b> TOCANDO EM FRENTE .....	343
<b>I UMA AGENDA PARA O BRASIL</b> .....	343
<b>II ENCERRAMENTO</b> .....	346
<b>CAPÍTULO II JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A TÊNUE FRONTEIRA</b>	

## ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA

<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	347
<b>II</b>	<b>A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO</b> .....	348
1	A jurisdição constitucional .....	348
2	A judicialização da política e das relações sociais .....	349
3	O ativismo judicial .....	352
4	Críticas à expansão da intervenção judicial na vida brasileira .....	354
4.1	Crítica político-ideológica .....	354
4.2	Crítica quanto à capacidade institucional .....	355
4.3	Crítica quanto à limitação do debate .....	356
5	Importância e limites da jurisdição constitucional nas democracias contemporâneas	356
<b>III</b>	<b>DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL</b> .....	358
1	Notas sobre a distinção entre Direito e política .....	358
2	Constituição e poderes constituídos .....	359
3	A pretensão de autonomia do Judiciário e do Direito em relação à política .....	360
3.1	Independência do Judiciário .....	360
3.2	Vinculação ao Direito posto e à dogmática jurídica .....	361
3.3	Limites da separação entre Direito e política .....	362
<b>IV</b>	<b>DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL</b> .....	362
1	Os laços inevitáveis: a lei e sua interpretação como atos de vontade .....	362
2	A interpretação jurídica e suas complexidades: o encontro não marcado entre o Direito e a política .....	363
2.1	A linguagem aberta dos textos jurídicos .....	363
2.2	Os desacordos morais razoáveis .....	363
2.3	As colisões de normas constitucionais .....	364
2.4	A interpretação constitucional e seus métodos .....	365
3	O juiz e suas circunstâncias: influências políticas em um julgamento .....	366
3.1	Valores e ideologia do juiz .....	367
3.2	Interação com outros atores políticos e institucionais .....	370
3.2.1	Preservação ou expansão do poder da Corte .....	370
3.2.2	Relações com outros Poderes, órgãos e entidades estatais .....	372
3.3	Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão .....	373
3.4	Circunstâncias internas dos órgãos colegiados .....	375
3.5	A opinião pública .....	376
4	A autonomia relativa do Direito em relação à política e a fatores extrajudiciais .....	378
<b>V</b>	<b>O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRAMAJORITÁRIO E REPRESENTATIVO</b>	379

**CAPÍTULO III OS PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS**

<b>I</b>	<b>O ESTADO DA ARTE DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO..</b>	383
----------	---	-----

<b>II</b>	<b>OS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>386</b>
<b>1</b>	<b>O papel contramajoritário .....</b>	<b>387</b>
<b>2</b>	<b>O papel representativo .....</b>	<b>389</b>
<b>3</b>	<b>O papel iluminista .....</b>	<b>394</b>
 <b>PARTE IV PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>  		
<b>CAPÍTULO I PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO ESTADO BRASILEIRO</b>		
<b>I.</b>	<b>OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES.....</b>	<b>405</b>
<b>II.</b>	<b>ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....</b>	<b>406</b>
<b>1</b>	<b>Generalidades .....</b>	<b>406</b>
<b>2</b>	<b>Estado de direito.....</b>	<b>407</b>
<b>3</b>	<b>Democracia.....</b>	<b>408</b>
<b>4</b>	<b>A democracia constitucional como ideologia vitoriosa do século XX.....</b>	<b>410</b>
<b>5</b>	<b>A democracia constitucional brasileira .....</b>	<b>411</b>
	<b>5.1 Liberalismo político e democracia.....</b>	<b>411</b>
	<b>5.2 Três dimensões da democracia.....</b>	<b>411</b>
	<b>5.2.1 Democracia representativa .....</b>	<b>412</b>
	<b>5.2.2 Democracia constitucional .....</b>	<b>413</b>
	<b>5.2.3 Democracia deliberativa .....</b>	<b>416</b>
<b>6</b>	<b>Democracia, princípio majoritário e jurisdição constitucional .....</b>	<b>418</b>
<b>7</b>	<b>A democracia em crise.....</b>	<b>419</b>
	<b>7.1 A recessão democrática.....</b>	<b>419</b>
	<b>7.2 Três fenômenos distintos .....</b>	<b>420</b>
	<b>7.3 Algumas causas do populismo extremista e autoritário .....</b>	<b>420</b>
<b>8</b>	<b>O futuro da democracia .....</b>	<b>422</b>
	<b>8.1 Três inimigos da democracia.....</b>	<b>422</b>
	<b>8.1.2 Apropriação do Estado por elites extrativistas.....</b>	<b>422</b>
	<b>8.1.3 Pobreza extrema e desigualdades injustas.....</b>	<b>422</b>
	<b>8.1.4 Sentimento de pertencimento.....</b>	<b>423</b>
<b>III</b>	<b>REPÚBLICA.....</b>	<b>424</b>
<b>1</b>	<b>Generalidades .....</b>	<b>424</b>
<b>2</b>	<b>República como forma de governo.....</b>	<b>425</b>
<b>3</b>	<b>República como conceito substantivo.....</b>	<b>427</b>
<b>4</b>	<b>A República brasileira .....</b>	<b>429</b>
	<b>4.1 Breve notícia histórica .....</b>	<b>429</b>
	<b>4.2 A república na Constituição de 1988.....</b>	<b>431</b>
<b>IV</b>	<b>FEDERAÇÃO .....</b>	<b>436</b>

1	Generalidades .....	436
2	Antecedentes históricos: da Antiguidade à Constituição dos Estados Unidos.....	438
3	A experiência constitucional brasileira com o federalismo.....	439
4	Características do modelo federalista.....	441
5	Soberania e valores constitucionais.....	442
6	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Federação .....	444

## CAPÍTULO II TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>I</b>	<b>GENERALIDADES.....</b>	<b>447</b>
<b>II</b>	<b>ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITO .....</b>	<b>448</b>
1	Os direitos humanos.....	448
2	A dignidade humana .....	449
3	Os direitos fundamentais.....	450
<b>III</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>452</b>
1	Direitos individuais, políticos, sociais e difusos.....	452
1.1	Direitos individuais.....	452
1.2	Direitos políticos .....	453
1.3	Direitos sociais .....	455
1.4	Direitos difusos .....	456
2	Outras classificações.....	457
<b>IV</b>	<b>REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>459</b>
1	Oponibilidade dos direitos fundamentais às maiorias políticas .....	459
2	Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais .....	460
3	A abertura do catálogo de direitos fundamentais previstos na Constituição.....	461
<b>V</b>	<b>ESTRUTURA, CONTEÚDO E LIMITES IMANENTES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>463</b>
1	Direitos fundamentais como regras e princípios.....	463
2	Aspectos intrínsecos e limites imanentes.....	464
<b>VI</b>	<b>RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>465</b>
1	A existência de limites externos .....	465
2	As teorias interna e externa.....	466
<b>VII</b>	<b>LIMITES ÀS RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>466</b>
1	A ponderação.....	467
2	Razoabilidade e proporcionalidade.....	468
3	Núcleo essencial do direito .....	469
<b>VIII</b>	<b>DIMENSÃO SUBJETIVA, OBJETIVA E PRIVADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>471</b>
1	A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais .....	472

2	A dimensão objetiva dos direitos fundamentais .....	472
3	A eficácia privada dos direitos fundamentais .....	473
<b>CAPÍTULO III MATRIZES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>		
<b>I</b>	<b>DIREITO À VIDA .....</b>	<b>476</b>
1	Generalidades .....	476
2	O direito à vida no ordenamento jurídico brasileiro .....	477
3	Pena de morte.....	480
4	Interrupção de gestação.....	482
5	Pesquisas com células-tronco embrionárias .....	485
6	A morte com intervenção: eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia.....	486
<b>II</b>	<b>LIBERDADE, LEGALIDADE E AUTONOMIA DA VONTADE.....</b>	<b>488</b>
1	Liberdade .....	488
1.1	O conceito de liberdade .....	488
1.2	Três grandes movimentos históricos .....	488
1.3	Direito geral de liberdade .....	489
2	Legalidade.....	490
2.1	A lei como tradição e como positivação.....	490
2.2	Dimensão privada e pública da legalidade .....	492
2.3	Preferência da lei e reserva da lei .....	492
2.4	Delegação legislativa, poder regulamentar e juridicidade.....	493
2.5	O papel da jurisprudência no direito brasileiro contemporâneo .....	495
3	Autonomia da vontade.....	496
<b>III</b>	<b>IGUALDADE .....</b>	<b>500</b>
1	Generalidades .....	500
2	Três dimensões da igualdade .....	500
3	Igualdade formal.....	501
4	Igualdade material.....	502
5	Igualdade como reconhecimento .....	504
<b>IV</b>	<b>SEGURANÇA .....</b>	<b>508</b>
1	Generalidades .....	508
2	Segurança individual.....	510
3	Segurança jurídica .....	511
4	Segurança pública.....	514
5	Segurança social .....	520
6	Segurança nacional.....	521
7	Segurança humana .....	522
<b>V</b>	<b>DIREITO DE PROPRIEDADE .....</b>	<b>524</b>
1	Generalidades .....	524
2	A propriedade na Constituição brasileira .....	526

3	Alguns tópicos específicos do direito de propriedade .....	529
3.1	Direito de herança .....	529
3.2	Direitos autorais.....	529
3.3	Propriedade intelectual.....	530
3.4	Bens públicos .....	531
4	Interferências estatais no direito de propriedade .....	531
4.1	Limitações ao direito de propriedade.....	531
4.2	Desapropriação .....	534
5	Direitos originários de indígenas e quilombolas .....	535

## CAPÍTULO IV ALGUNS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE

<b>I</b>	<b>LIBERDADE DE EXPRESSÃO .....</b>	<b>537</b>
1	Generalidades .....	538
1.1	A comunicação humana .....	538
1.2	A liberdade de expressão no Brasil: o passado condena .....	538
2	Liberdade de expressão na Constituição de 1988.....	540
3	Liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	542
3.1	Liberdade de imprensa .....	542
3.2	Discursos de ódio .....	543
3.3	Liberdade de expressão artística e intelectual .....	544
3.4	Direito ao esquecimento.....	545
3.5	Manifestação do pensamento .....	546
3.6	Ataque às instituições democráticas .....	546
4	Notas sobre o direito comparado: liberdade de expressão nos EUA e na Alemanha.	547
5	Revolução digital, internet e mídias sociais .....	548
<b>II</b>	<b>LIBERDADE RELIGIOSA.....</b>	<b>551</b>
1	Generalidades.....	551
1.1	O sentimento religioso.....	551
1.2	Breve notícia histórica .....	552
1.3	A persistência do fenômeno religioso .....	554
2	A liberdade religiosa na Constituição de 1988 .....	556
3	Liberdade religiosa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	557
3.1	Vedação temporária de cultos e missas presenciais durante a pandemia da Covid-19 (ADPF 811).....	557
3.2	Inconstitucionalidade da exigência de bíblias em escolas e bibliotecas públicas (ADI n. 5.258 e Ag. Reg. em RE n. 1.014.615) .....	557
3.3	Ensino religioso confessional em escolas públicas (ADI n. 4439). .....	558
3.4	Sacrifício de animais em cultos religiosos (RE n. 494.601). .....	558
3.5	<i>Homeschooling</i> (ensino domiciliar) (RE n. 888.815). .....	558
3.6	Realização de etapa de concurso público em data ou horário alternativo, por motivo religioso (RE 611.874). .....	558

3.7	Acomodação da jornada de trabalho de professora da rede pública, em razão de crença religiosa (ARE 1.099.099) .....	559
3.8	Vedação a pregação religiosa no interior de transporte público (Ag.Reg. 1.315.221) .....	559
3.9	Ilegitimidade da recusa dos pais de ministrarem vacinação obrigatória aos filhos por motivos de convicção filosófica. ....	559
3.10	Inconstitucionalidade da normal legal que veda o proselitismo, inclusive de natureza religiosa, em rádios comunitárias (ADI 2.566). ....	560
<b>III</b>	<b>LIBERDADE DE REUNIÃO</b> .....	560
1	Generalidades .....	560
2	O direito de reunião na Constituição de 1988.....	562
3	O direito de reunião na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	566
<b>IV</b>	<b>AÇÕES CONSTITUCIONAIS</b> .....	568
<b>1</b>	<i>Habeas corpus</i> .....	568
2	Mandado de segurança.....	568
2.1	Mandado de segurança individual.....	569
2.2	Mandado de segurança coletivo .....	571
3	Mandado de injunção.....	573
3.1	Mandado de injunção individual.....	574
3.2	Mandado de injunção coletivo .....	576
<b>4</b>	<i>Habeas data</i> .....	577
5	Ação popular .....	578
6	Ação civil pública.....	580
<b>CAPÍTULO V O PODER PUNITIVO DO ESTADO: DIREITOS E GARANTIAS PENAIS E PROCESSUAIS</b>		
<b>I</b>	<b>GENERALIDADES</b> .....	583
1	O direito penal deve ser moderado, sério e igualitário .....	583
2	Entre o abuso e a proteção deficiente.....	584
3	Não se muda o mundo com direito penal .....	585
4	“Pune-se muito e mal” .....	586
5	A corrupção como problema crônico .....	586
<b>II</b>	<b>DIREITOS E GARANTIAS PENAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b> .....	588
1	Legalidade penal.....	588
2	Irretroatividade da lei penal .....	589
3	Pessoalidade da pena .....	591
4	Individualização da pena .....	593
5	Prisão e direito dos presos.....	595
5.1	Modalidades de prisão anteriormente ao julgamento .....	596
5.2	Prisão após o julgamento .....	598
5.3	Audiência de custódia e juiz de garantias.....	599

6	Direito à não autoincriminação.....	600
7	Presunção de inocência .....	604
8	Liberdade de locomoção e <i>habeas corpus</i> .....	606
9	Algumas vedações expressas .....	607
10	Alguns direitos expressos.....	608
11	Mandados de criminalização .....	609
<b>III ALGUMAS NORMAS PROCESSUAIS.....</b>		612
1	Princípio do juiz natural.....	612
2	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa .....	613
3	Publicidade dos julgamentos .....	613
4	Competência do Tribunal do Júri .....	614
<b>IV ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS ACERCA DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO.....</b>		615

## PARTE V SEPARAÇÃO DE PODERES E PODERES DA REPÚBLICA

### CAPÍTULO I A SEPARAÇÃO DE PODERES

I	INTRODUÇÃO .....	619
II	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS .....	619
III	AS CONTRIBUIÇÕES DE JOHN LOCKE .....	622
IV	MONTESQUIEU E A DIVISÃO TRIPARTITE DE PODERES .....	624
V	A CONSTITUIÇÃO NORTE-AMERICANA DE 1787 E O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS ( <i>CHECKS AND BALANCES</i> ) .....	625
VI	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1824 E O PODER MODERADOR.....	626
VII	O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO DIREITO CONSTITUCIO- NAL CONTEMPORÂNEO .....	628

### CAPÍTULO II PODER LEGISLATIVO

I	GENERALIDADES.....	631
II	ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL.....	632
1	Congresso Nacional .....	632
1.1	Competências exclusivas e não exclusivas do Congresso Nacional.....	634
1.2	Competências normativas com e sem participação do Poder Executivo .....	634
1.3	Competências fiscalizatórias e de controle.....	635
2	Câmara dos Deputados.....	636
3	Senado Federal .....	639

<b>III</b>	REGIME JURÍDICO DOS DEPUTADOS E SENADORES .....	640
1	Prerrogativas .....	640
2	Vedações .....	642
3	Perda do Mandato .....	642
<b>IV</b>	REUNIÕES.....	643
<b>V</b>	COMISSÕES .....	643
1	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) .....	644
<b>VI</b>	PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL .....	646
1	Procedimento Legislativo Comum Ordinário .....	647
1.1	Iniciativa .....	648
1.2	Discussão e Votação .....	649
1.3	Sanção e Veto .....	652
1.4	Promulgação e Publicação .....	653
2	Espécies Legislativas .....	653
2.1	Emendas à Constituição .....	653
2.2	Leis Complementares e Ordinárias.....	654
2.3	Leis Delegadas.....	655
2.4	Medidas Provisórias .....	656
2.5	Decretos Legislativos e Resoluções .....	658
<b>VII</b>	FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO .....	659
CAPÍTULO III PODER EXECUTIVO		
<b>I</b>	GENERALIDADES.....	661
<b>II</b>	PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ELEIÇÃO, POSSE, REELEIÇÃO, MANDATO, SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO .....	665
<b>III</b>	ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	669
1	Atribuições atinentes à direção da administração federal.....	669
2	Atribuições normativas.....	671
3	Atribuições ligadas ao plano internacional.....	676
4	Atribuições para a preservação da ordem pública, da paz social, do pacto federativo e da integridade nacional.....	677
5	Atribuição de nomeação de autoridades de outros Poderes e órgãos autônomos .....	679
6	Atribuições perante o Poder Legislativo .....	679
7	Outras atribuições.....	680
<b>IV</b>	RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	682
1	Processo de <i>impeachment</i> do Presidente da República por crime de responsabilidade.....	683
2	Processo contra o Presidente da República por crime comum .....	687

<b>V</b>	<b>MINISTROS DE ESTADO</b> .....	688
<b>VI</b>	<b>CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL</b> .....	689
	<b>CAPÍTULO IV PODER JUDICIÁRIO</b>	
<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	691
<b>II</b>	<b>O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO</b> .....	692
<b>1</b>	Características da jurisdição.....	692
<b>2</b>	Princípios constitucionais aplicáveis ao exercício da jurisdição .....	693
<b>2.1</b>	Princípio da inafastabilidade do controle judicial .....	693
<b>2.2</b>	Princípio da imparcialidade .....	693
<b>2.3</b>	Princípio do devido processo legal.....	694
<b>2.4</b>	Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	694
<b>2.5</b>	Vedação ao uso de provas ilícitas.....	695
<b>2.6</b>	Princípio da publicidade .....	695
<b>2.7</b>	Princípio da motivação das decisões judiciais.....	696
<b>2.8</b>	Princípio da razoável duração do processo .....	696
<b>III</b>	<b>NORMAS GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO</b> .....	697
<b>1</b>	Princípios de organização e funcionamento do Poder Judiciário .....	697
<b>1.1</b>	Princípio da autonomia da jurisdição: autonomia financeira, administrativa e funcional.....	697
<b>1.2</b>	Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência	698
<b>2</b>	Garantias institucionais da magistratura .....	698
<b>3</b>	Regime jurídico aplicável aos magistrados .....	699
<b>IV</b>	<b>PRECATÓRIOS</b> .....	699
<b>V</b>	<b>ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS JUDICIAIS</b> .	701
<b>1</b>	Supremo Tribunal Federal .....	702
<b>1.1</b>	Composição. ....	702
<b>1.2</b>	Competência. ....	703
<b>2</b>	Superior Tribunal de Justiça.....	706
<b>2.1</b>	Composição .....	706
<b>2.2</b>	Competência.....	707
<b>3</b>	Justiça Federal.....	708
<b>3.1</b>	Composição .....	708
<b>3.2</b>	Competência.....	709
<b>4</b>	Justiça do Trabalho.....	710
<b>4.1</b>	Composição .....	710
<b>4.2</b>	Competência.....	711
<b>5</b>	Justiça Eleitoral.....	711

5.1	Composição .....	711
5.2	Competência .....	712
<b>6</b>	<b>Justiça Militar .....</b>	<b>712</b>
6.1	Composição .....	712
6.2	Competência .....	713
<b>7</b>	<b>Justiça Estadual .....</b>	<b>714</b>
7.1	Composição .....	714
7.2	Competência .....	714
<b>8</b>	<b>Conselho Nacional de Justiça .....</b>	<b>714</b>
8.1	Composição .....	714
8.2	Competência .....	715
	<i>Conclusão .....</i>	717
<b>I</b>	<b>SÍNTESE SUMÁRIA DE ALGUMAS IDEIAS .....</b>	<b>717</b>
<b>II</b>	<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>723</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>725</b>